



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681124 - SP (2021/0224820-1)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DANIEL ROMEIRO E OUTROS
ADVOGADOS : ROBERTO PODVAL - SP101458
DANIEL ROMEIRO - SP234983
PAULO AUGUSTO DE ARAUJO BOUDENS - DF044585
TEBAR SA PEREIRA CONTENTE - MG166997
LARISSA RODRIGUES PETTENGILL - SP405151
CAMILA CRIVILIN DE ALMEIDA - DF061929
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : AEDI CORDEIRO DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : CLEONICE RODRIGUES GOMES

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AEDI CORDEIRO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (*Habeas Corpus* Criminal n. 5012175-81.2021.4.03.0000).

O paciente foi preventivamente pela suposta prática dos fatos descritos nos tipos penais previstos nos art. 2º, § 3º, da Lei n. 12.850/2013, art. 1º da Lei n. 9.613/1998, art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990, art.19 da Lei n. 7.492/1986 e arts. 171, 297, 299 e 317, todos do Código Penal.

Os impetrantes sustentam a ilegalidade da prisão, decretada com base inidônea e de forma desproporcional. Aduzem que o decreto prisional não se desincumbiu do ônus de apontar a gravidade concreta dos delitos e que inexistia qualquer indício concreto de que o paciente repetiria as supostas condutas criminosas pelas quais é investigado.

Requerem, liminarmente, a revogação do decreto de prisão preventiva ou a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas. Subsidiariamente, pedem que seja convertida a prisão em cárcere domiciliar. No mérito, pugnam pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistia flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente